

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Trofa

2016

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DA TROFA

Equipa Técnica

Serviço Municipal de Proteção Civil da Trofa

Consultores externos

Novembro de 2016



Índice

Lista de acrónimos e siglas	10
Referências legislativas.....	12
PARTE I - ENQUADRAMENTO	13
1. Introdução	14
2. Finalidade e objetivos	16
3. Tipificação dos Riscos	19
4. Ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Trofa	22
4.1 Competências para ativação do Plano	22
4.2 Critérios para a ativação do plano	24
PARTE II - EXECUÇÃO	28
1. Estruturas.....	29
1.1 Estruturas de Direção Política	30
1.2 Estruturas de Coordenação Política	31
1.3 Estruturas de Coordenação Institucional	33
1.4 Estruturas de Comando Operacional	34
1.5 Estruturas dos meios a empregar em operações de Proteção Civil no município da Trofa	40
2. Responsabilidades	43
2.1 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	43
2.2 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	50
2.3 Responsabilidades das Estruturas Autárquicas	57
3. Organização	61
3.1 Infraestruturas de Relevância Operacional	61
3.1.1 Rede Rodoviária	61
3.1.2 Rede Ferroviária	62
3.1.3 Estruturas fixas de transporte de substâncias perigosas	63
3.1.4 Indústria	63
3.1.5 Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de Proteção Civil e socorro.....	65
3.2 Zonas de Intervenção	76
3.2.1 Delimitação das Zonas de Intervenção	78
3.2.1.1 Zonas de Concentração e Reserva	79
3.2.1.2 Zonas de Receção de Reforços	80
3.3 Mobilização e Coordenação de Meios	81
3.3.1 Mobilização de meios.....	81
3.3.2 Sustentação Operacional	82
3.4 Notificação Operacional	82
4. Áreas de Intervenção.....	83
4.1 Gestão Administrativa e Financeira	83

4.2	Reconhecimento e Avaliação	86
4.2.1	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação.....	86
4.2.2	Equipas de Avaliação Técnica	87
4.3	Logística.....	89
4.3.1	Apoio Logístico às Forças de Intervenção.....	89
4.3.2	Apoio Logístico às Populações.....	91
4.4	Comunicações	95
4.5	Informação Pública.....	98
4.6	Procedimentos de confinamento e/ou evacuação	101
4.7	Manutenção da Ordem Pública.....	104
4.8	Serviços médicos e transporte de vítimas.....	106
4.9	Socorro e salvamento.....	109
4.10	Serviços mortuários.....	111
	Parte III – Inventários, Modelos e Listagens.....	115
1.	Inventário de meios e recursos	116
2.	Lista de Contactos.....	127
3.	Modelos.....	130
3.1	Modelos de Relatórios	130
3.1.1	RELIS.....	131
3.1.2	RELGER	133
3.1.3	REDIS	136
3.1.4	Relatório Final	140
3.2	Modelos de Requisições.....	145
3.3	Modelos de Comunicados	146
3.3.1	Aviso à População.....	146
3.3.2	Comunicado de ponto de situação e evolução de ocorrências.....	147
4.	Lista de distribuição do Plano.....	149
	ANEXOS	150
	Anexo I - Cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil	151
	Anexo II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da operacionalidade do Plano.....	165
i.	Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados	165
1.	Estratégias gerais	166
2.	Estratégias específicas	167
2.1.	Riscos de Origem Natural	167
2.2.	Riscos de Origem Tecnológica	169
2.3.	Riscos Mistos	172
ii.	173

iii. Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do Plano174

Figura 1 - Ciclo de Gestão da Emergência (UFSC, 2014).....	17
Figura 2 - Processo de ativação do PMEPCCT.	23
Figura 3 - Organização do Posto de Comando Operacional.	36
Figura 4 - Agentes de Proteção Civil existentes no município da Trofa.	40
Figura 5 - Diagrama de um TO (Autoridade Nacional de Proteção Civil - Despacho n.º 3551/2015).	78

Mapa 1 - Enquadramento geográfico e limites administrativos do município da Trofa (Fonte: Direção-Geral do Território [DGT] – Carta Administrativa Oficial de Portugal [CAOP] 2016). ..	16
Mapa 2 - Rede viária e rede ferroviária do município da Trofa.....	61
Mapa 3 - Infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos no município da Trofa.	64
Mapa 4 - Indústrias no município da Trofa.....	65
Mapa 5 - APC e estruturas de apoio.	66
Mapa 6 - Edifícios de Utilização Coletiva - Equipamentos de Saúde.	67
Mapa 7 - Edifícios de Utilização Coletiva - Estabelecimentos de Ensino.	68
Mapa 8 - Edifícios de Utilização Coletiva – Infraestruturas desportivas.	69
Mapa 9 - Edifícios de Utilização Coletiva – Infraestruturas de cultura e lazer.	70
Mapa 10 - Edifícios de utilização coletiva - Hotelaria.....	71
Mapa 11 - Edifícios de utilização coletiva - locais de culto.	72
Mapa 12 - Outras infraestruturas - Mercados, Feiras e Supermercados.....	73
Mapa 13 - Outras infraestruturas - Serviços da Administração Pública.	74
Mapa 14 - Outras infraestruturas - rede de marcos de incêndio e de pontos de água.	75
Mapa 15 - Divisão Administrativa do município da Trofa, por freguesia. (Fonte: CAOP – Instrumentos de Gestão Territorial, 2016)	151
Mapa 16 - Densidade populacional, por freguesia, no município da Trofa em 2011. (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2011).	152
Mapa 17 - Hipsometria do município da Trofa.	153
Mapa 18 - Declives do município da Trofa.....	154
Mapa 19 - Exposição de vertentes no município da Trofa.....	155
Mapa 20 - Rede hidrográfica do município da Trofa.....	156
Mapa 21 - Visibilidade a partir do posto de vigia Apolo 13.7.	157
Mapa 22 - Locais para criação de Zonas de Concentração e de Apoio à População.	158
Mapa 23 - Locais para criação de Zonas de Receção de Reforços.	159
Mapa 24 - Locais de sepultamento.	160
Mapa 25 - Rede de abastecimento de água no município da Trofa.....	161
Mapa 26 - Postos de Abastecimento e depósitos de combustível.	162
Mapa 27 - Rede de Gás.	163
Mapa 28 - Rede elétrica de alta e de muito alta tensão.	164

Tabela 1 - Estrutura do PMEPCCT.....	15
Tabela 2 - Riscos analisados no Estudo Cartográfico de Riscos Naturais e Tecnológicos da Trofa.	19
Tabela 3 - Riscos significativos no município da Trofa.	20
Tabela 4 - Hierarquização do grau de risco para as ocorrências-tipo definidas (Caderno Técnico PROCIV, n.º 9).	21
Tabela 5 - Meios de publicitação da ativação do PMEPCCT.	24
Tabela 6 - Ativação do Plano em função da Matriz de Risco.	25
Tabela 7- Definição de critérios para classificação da gravidade da ocorrência.	26
Tabela 8 - Estruturas de Direção e Coordenação Política, de Coordenação Institucional e de Comando Operacional de âmbito nacional, distrital e municipal.	30
Tabela 9 - Direção Política, nível municipal.	30
Tabela 10 - Locais de funcionamento da CMPC da Trofa.	33
Tabela 11 - Organismos e Entidades de Apoio.	41
Tabela 12 - Estruturas Autárquicas.	42
Tabela 13 - Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil.	44
Tabela 14 - Responsabilidades das Entidades com especial dever de cooperação.	50
Tabela 15 - Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.	57
Tabela 16 - Níveis de atuação e atribuições do sistema de gestão de operações.	76
Tabela 17 - Plano estratégico de ação.	77
Tabela 18 - Zona de Intervenção.	78
Tabela 19 - Localização das Zonas de Receção de Reforços.	80
Tabela 20 - Grau de prontidão e de mobilização.	82
Tabela 21 - Gestão Administrativa e Financeira.	84
Tabela 22 - Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação.	86
Tabela 23 - Equipas de Avaliação Técnica.	87
Tabela 24 - Apoio logístico às Forças de Intervenção.	89
Tabela 25 - Apoio logístico às populações.	92
Tabela 26 - Comunicações.	95
Tabela 27 - Informação Pública.	98
Tabela 28 - Confinamento e/ou evacuação.	101
Tabela 29 - Manutenção da ordem pública.	104
Tabela 30 - Serviços Médicos e Transporte de Vítimas.	106
Tabela 31 - Socorro e Salvamento.	109
Tabela 32 - Serviços Mortuários.	111
Tabela 33 - Lista de meios e recursos – viaturas e máquinas.	116
Tabela 34 - Lista de meios e recursos – Restaurantes.	118
Tabela 35 - Lista de meios e recursos – Alojamentos.	124
Tabela 36 - Lista de meios e recursos – Órgãos de Comunicação Social.	124
Tabela 37 - Lista de meios e recursos – Instituições Particulares de Solidariedade Social.	124

Tabela 38 - Lista de meios e recursos – Estabelecimentos de Ensino.	125
Tabela 39 - Lista de contactos dos membros da CMPC da Trofa.	127
Tabela 40 - Lista de contactos da Autarquia, Organismos e Entidades de Apoio.....	128
Tabela 41 - Estratégias de mitigação para cheias e inundações.	167
Tabela 42 - Estratégias de mitigação para sismos.	168
Tabela 43 - Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes.	168
Tabela 44 - Estratégias de mitigação para acidentes graves de tráfego.....	169
Tabela 45 - Estratégias de mitigação de acidentes com transporte terrestre de mercadorias perigosas.	170
Tabela 46 - Estratégias de mitigação para acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos.....	171
Tabela 47 - Estratégias de mitigação para incêndios urbanos e industriais.....	171
Tabela 48 - Estratégias de mitigação para acidentes com substâncias perigosas (acidentes industriais).	171
Tabela 49 - Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva.	172
Tabela 50 - Estratégias de mitigação para acidentes em instalações de combustíveis.....	172
Tabela 51 - Estratégias de mitigação para incêndios florestais.....	172

Parte III – Inventários, Modelos e Listagens

3. MODELOS

3.1 MODELOS DE RELATÓRIOS

Os relatórios destinam-se a permitir a obtenção da informação, resultante da ocorrência, necessária à avaliação da situação, ao planeamento e à condução das operações de proteção e socorro. Estes compreendem:

- **Relatórios Imediatos de Situação (RELIS)**: Estes relatórios englobam os dados fundamentais da avaliação da situação pela estrutura de comando e têm origem nas ERAS e/ou EAT. Os RELIS são enviados ao PCMun, de quatro em quatro horas, podendo ser transmitidos verbalmente ou por fonia através das redes de telecomunicações existentes;
- **Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER ou RELESP)**: Têm origem nos PCLoc e no PCMun e destinam-se ao PC de escalão superior e às estruturas de coordenação distritais (CCOD e CDPC). Em regra, são apresentados por escrito de seis em seis horas, na fase inicial, sendo a periodicidade progressivamente alargada com o decorrer da evolução da situação. Os RELESP distinguem-se dos RELGER por se destinarem a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação;
- **Relatórios Diários de Situação (REDIS)**: São emitidos pelos PCMun, obtida informação dos PCLoc, e enviados ao CDOS. Estes relatórios são enviados diariamente às 22 horas, pelo modo de transmissão mais expedito para o efeito;
- **Relatório Final**: É elaborado pela CMPC e inclui uma descrição da situação ocorrida e das principais medidas adotadas. Constam também deste relatório as principais lições aprendidas, incluindo os contributos para futuras revisões do plano de emergência.

3.1.1 RELIS

RELIS		RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO		
DESCRIÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA			
ENVIO	DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS ERAS OU EAT			
RELATÓRIO N.º				
DATA				
HORA				
1. OCORRÊNCIA				
NATUREZA				
LOCALIZAÇÃO				
ÁREA AFETADA				
2. DANOS PESSOAIS				
Mortos				
Desaparecidos				
Feridos graves				
Feridos leves				
Desalojados				
Deslocados				
Evacuados				
Soterrados				
3. DANOS NO EDIFICADO / INFRAESTRUTURAS				
EDIFÍCIO	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	COLAPSADOS	
Habitacões				
Escolas				
Unidades Hoteleiras				
Unidades Hospitalares				
Instalações Policiais				
Instalações Militares				
Quartéis de Bombeiros				
Monumentos				
Mercados / Supermercados				
Igrejas / Locais de Culto				
Lares / Infantários				
Unidades Industriais				
Edifícios Públicos				
Outros: _____				
Outros: _____				
4. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO				
VIAS	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INUTILIZÁVEIS	
Rede Viária				
Rede Ferroviária				
Pontes / Viadutos / Túneis				
Outros: _____				
Outros: _____				
5. DANOS EM TRANSPORTES				
TRANSPORTES	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INOPERACIONAIS	

Rodoviários			
Ferrovários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outros: _____			
Outros: _____			
6. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS			
INFRAESTRUTURA	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INOPERACIONAIS
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Internet			
Satélite			
Teledifusão			
Riodifusão			
Outros: _____			
Outros: _____			
7. OUTRAS INFORMAÇÕES			
Povoações em perigo / isoladas			
Habitações em perigo			
Focos de incêndio			
Movimentação de populações			
Animais isolados			
8. NECESSIDADES			
Meios aéreos (especificar)			
Meios terrestres (especificar)			
Telecomunicações (especificar)			
Logística (especificar)			
Outras (especificar)			

O Chefe de Equipa

3.1.2 RELGER

RELGER		RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL		
DESCRIÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA			
ENVIO	ENVIO REGULAR (6 em 6 horas)			
RELATÓRIO N.º				
DATA				
HORA				
1. OCORRÊNCIA				
NATUREZA				
LOCALIZAÇÃO				
ÁREA AFETADA				
2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO				
3. DANOS PESSOAIS				
Mortos				
Desaparecidos				
Feridos graves				
Feridos leves				
Desalojados				
Deslocados				
Evacuados				
Soterrados				
4. DANOS NO EDIFICADO / INFRAESTRUTURAS				
EDIFÍCIO	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	COLAPSADOS	
Habitacões				
Escolas				
Unidades Hoteleiras				
Unidades Hospitalares				
Instalações Policiais				
Instalações Militares				
Quartéis de Bombeiros				
Monumentos				
Mercados / Supermercados				
Igrejas / Locais de Culto				
Lares / Infantários				
Unidades Industriais				
Edifícios Públicos				
Outros: _____				
Outros: _____				
5. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO				
VIAS	DANOS LIGEIOS	DANOS	INUTILIZÁVEIS	

		GRAVES			
Rede Viária					
Rede Ferroviária					
Pontes / Viadutos / Túneis					
Outros: _____					
Outros: _____					
6. DANOS EM TRANSPORTES					
TRANSPORTES	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INOPERACIONAIS		
Rodoviários					
Ferrovíarios					
Aeronaves					
Veículos Particulares					
Outros: _____					
Outros: _____					
7. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS					
INFRAESTRUTURA	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INOPERACIONAIS		
Gás					
Eletricidade					
Água					
Saneamento					
Telefónica fixa					
Telefónica móvel					
Internet					
Satélite					
Teledifusão					
Rádiodifusão					
Outros: _____					
Outros: _____					
8. SITUAÇÃO OPERACIONAL					
BOMBEIROS	Homens		INEM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
FORÇAS ARMADAS	Homens		_____	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
GNR	Homens		_____	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
9. ORGANIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES					
Localização do PC					
Localização de ZCR's					
Localização de ZCAP's					
Localização de ZRnM's					
N.º de setores e localização					
Id. Cmdts. Setores					
10. REUNIÕES DA CMPC					
GDH	GDH início	Entidades	Medidas		

Convocação	Primeira reunião	Participantes	tomadas
11. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA			
GDH de início			
GDH de fim			
Descrição da situação			
12. ATIVAÇÃO DO PMEPT			
GDH Ativação			
GDH Desativação			
13. OUTRAS INFORMAÇÕES			
Povoações em perigo / isoladas			
Habitacões em perigo			
Resumo das ocorrências			
Outros: _____			
Outros: _____			
14. NECESSIDADES			
Meios aéreos (especificar)			
Meios terrestres (especificar)			
Telecomunicações (especificar)			
Logística (especificar)			
Outras (especificar)			

O responsável pelo Posto de Comando,

3.1.3 REDIS

REDIS		RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO		
DESCRIÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA			
ENVIO	ENVIO DIÁRIO (ÀS 22 HORAS)			
RELATÓRIO N.º				
DATA				
HORA				
1. OCORRÊNCIA				
NATUREZA				
LOCALIZAÇÃO				
ÁREA AFETADA				
2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO				
3. DANOS PESSOAIS				
Mortos				
Desaparecidos				
Feridos graves				
Feridos leves				
Desalojados				
Deslocados				
Evacuados				
Soterrados				
Anexo A - Lista identificativa de Pessoas Envolvidas				
4. DANOS NO EDIFICADO / INFRAESTRUTURAS				
EDIFÍCIO	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	COLAPSADOS	
Habitacões				
Escolas				
Unidades Hoteleiras				
Unidades Hospitalares				
Instalações Policiais				
Instalações Militares				
Quartéis de Bombeiros				
Monumentos				
Mercados / Supermercados				
Igrejas / Locais de Culto				
Lares / Infantários				
Unidades Industriais				
Edifícios Públicos				
Outros: _____				
Outros: _____				
Anexo B - Lista de Edifícios Afetados				
5. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO				
VIAS	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INUTILIZÁVEIS	

Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Outros: _____			
Outros: _____			
Anexo C - Lista de Vias de Comunicação Afetadas			
6. DANOS EM TRANSPORTES			
TRANSPORTES	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INOPERACIONAIS
Rodoviários			
Ferrovários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outros: _____			
Outros: _____			
Anexo D - Lista dos Transportes Afetados			
7. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS			
INFRAESTRUTURA	DANOS LIGEIOS	DANOS GRAVES	INOPERACIONAIS
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Internet			
Satélite			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Outros: _____			
Outros: _____			
Anexo E - Lista de Redes Afetadas			
8. ABASTECIMENTO (Alimentação, Combustíveis, Veículos, etc.)			
9. AMBIENTE (Acidentes de Poluição, Derrames, Contaminações, etc.)			
10. SAÚDE PÚBLICA			
a. Centros de Saúde			
Centro de Saúde			
Atendidos			
Internados			
Transferidos			
b. Posto médico avançado / de triagem / de socorro			
Estrutura / Local			

Atendidos					
Internados					
Transferidos					
c. Ambulâncias					
Entidade					
Medicalizáveis					
Socorro					
Transporte					
d. Evacuação Médica Especial					
Entidade					
Helicóptero					
Avião					
Outros					
11. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA					
DADOS	OBSERVADA	PREVISTA			
Vento (direção / velocidade)					
Temperatura					
Humidade relativa					
Precipitação					
12. MEIOS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES EM CURSO					
Entidades	Pessoal	Veículos	Meios Aéreos	Outro material	Nome / Função
13. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO					
Dos APC	De outras entidades e organismos				
14. REDES DE COMUNICAÇÕES					
Proteção Civil					
Bombeiros					
Outros APC					
Outras entidades e organismos					
Outras (especificar)					
15. SITUAÇÃO DE ALERTA					
GDH de início					
GDH de fim					
Descrição da situação					
16. REUNIÕES DA CMPC					
GDH de início					
GDH de fim					
Descrição da situação					
17. ATIVAÇÃO DO PMPCT					
GDH Ativação					
GDH Desativação					
18. COMUNICAÇÃO SOCIAL					

Divulgação de notícias da situação de emergência:	
Colaboração nas ações de informação pública:	
19. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO	
DESIGNAÇÃO	CUSTO (€1000)
Pessoal	
Artigos consumidos	
Combustível e Lubrificantes	
Grandes reparações	
Telecomunicações	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
20. OBSERVAÇÕES	
AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Comunicações	
Gestão da informação operacional	
Sistema de aviso e alerta	
Sistema de proteção civil	
Ativação das Comissões de Proteção Civil	
Ativação de Planos de Emergência de Proteção Civil	
Situação dos Planos de Emergência de Proteção Civil	
Estrutura organizacional de operações	
Informação pública	
Necessidade de programas de reparação	
Aspetos particulares relevantes	
Outros comentários	
21. ANEXOS (Identificar os anexos incluídos)	

Responsável pelo PCMun

3.1.4 RELATÓRIO FINAL

RELATÓRIO FINAL DA EMERGÊNCIA					
ENVIO	ENVIO APÓS TÉRMINO DA EMERGÊNCIA				
RELATÓRIO N.º					
DATA					
HORA					
1. OCORRÊNCIA					
NATUREZA					
GDH DO ALERTA					
FONTE DO ALERTA					
LOCALIZAÇÃO					
ÁREA AFETADA					
BREVE DESCRIÇÃO / DESENVOLVIMENTO DA OCORRÊNCIA					
CAUSA		OBSERVAÇÕES			
Ondas de Calor					
Vagas de Frio					
Ventos Fortes					
Secas					
Cheias e/ou Inundações					
Movimentos de Massa em Vertentes					
Acidentes Rodoviários					
Acidentes Ferroviários					
Acidentes Fluviais/Marítimos					
Acidentes Aéreos					
Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas					
Acidentes em Infraestruturas Fixas de Transporte de Produtos Perigosos					
Incêndios Urbanos					
Incêndios em Centros Históricos					
Colapso de Edifícios com Elevada Concentração Populacional					
Incêndios Florestais					
Outra: _____					
2. MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES					
Entidade	N.º de Operacionais	N.º de Veículos	Outros meios		
Total					
3. EFICÁCIA DOS MEIOS DE RESPOSTA					
Entidade	Eficácia				Observações
	Muito	Boa	Satisfatória	Baixa	

	Boa						
Total							
4. POSTO DE COMANDO MUNICIPAL							
Localização do PCMun							
Apoio Técnico no PCMun		Entidade		Nome			
Responsável pelo PCMun		Nome		GDH			
5. DANOS HUMANOS							
População		Feridos		Mortos	Evacuados	Desalojados	Desaparecidos
		Ligeiro	Grave				
Feminino	0-12						
	12-18						
	18-65						
	>65						
Masculino	0-12						
	12-18						
	18-65						
	>65						
Totais							
6. DANOS EM ANIMAIS							
Espécie		Mortos		Feridos		Observações	
7. DANOS EM EDIFÍCIOS							
Tipo		Destruídos		Danos Graves		Danos Ligeiros	
		N.º	Causas	N.º	Causas	N.º	Causas
Habitacões							
Património Histórico							
Indústria							
Comércio							
Hotéis							
Instalações Militares							
Centros de Saúde							
Escolas							
Outros: _____							
Outros: _____							
Total							
8. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO							
Tipo de via		Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações		
AE							
EN							
EM							
Ferrovía							
Outros: _____							

Outros: _____				
9. DANOS EM VEÍCULOS				
Tipo de Veículo	Destruidos	Danificados	Observações	
Pesado de mercadorias				
Pesado de passageiros				
Ligeiro de mercadorias				
Ligeiro de passageiros				
Motociclos				
Outros: _____				
Outros: _____				
TOTAIS				
10. DANOS EM INFRAESTRUTURAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO				
Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de água				
Rede saneamento				
Rede elétrica				
Rede de gás				
Rede distribuição combustíveis				
Outros: _____				
Outros: _____				
11. DANOS EM INFRAESTRUTURAS DA REDE DE COMUNICAÇÕES				
Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada GNR				
Radiocomunicação privada INEM				
Radiocomunicação privada Forças Armadas				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outras: _____				
Outras: _____				
12. DANOS AMBIENTAIS				
Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, n.º)	Local	Observações	
Rede hídrica				
Espaços florestais				
Fauna				
Flora				
Outras: _____				
Outras: _____				
13. ASSISTÊNCIA FORNECIDA À POPULAÇÃO				
Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações

Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.	
19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	
Hora e Data	
Assinatura	

3.2 MODELOS DE REQUISIÇÕES

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo.

MODELO DE REQUISIÇÃO	
DATA	
HORA	
Entidade Requisitada	
Produto / Equipamento / Serviço	
Código	
Quantidade	
FINALIDADE	
RESPONSÁVEL	
Assinatura	

3.3 MODELOS DE COMUNICADOS

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios enumerados na Parte II, Capítulo 4.5 do presente Plano.

No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas.

3.3.1 AVISO À POPULAÇÃO

AVISO À POPULAÇÃO	
DATA	
HORA	
AVISO N.º	
OCORRÊNCIA	
(Indicar o tipo de ocorrência)	
No seguimento de informação recebida de _____ (indicar a entidade), salienta-se:	
Para o período compreendido entre _____ e _____ (indicar se corresponde ao período da manhã ou da tarde e o dia/mês/ano):	
(Indicar as previsões expectáveis, de acordo com a ocorrência)	
Por exemplo:	
<ul style="list-style-type: none">• Vento – Do quadrante NW com intensidade 40-60 km/h no litoral e 50-70 km/h nas terras altas, acompanhado de rajadas, que poderão superar os 80 km/h no litoral e os 100 km/h, nas terras altas;• Precipitação – moderada contínua (10 mm/3 h) passando a regime de aguaceiros (10 mm/h) e que, pontualmente poderão ser de granizo, nas regiões Norte e Centro;• ...	
Acompanhe as previsões em _____ (indicar o sítio da internet).	

EFEITOS EXPECTÁVEIS

Face à situação acima descrita, poderão ocorrer os seguintes efeitos: (Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)

Por exemplo:

- Piso rodoviário escorregadio e eventual formação de lençóis de água ou acumulação de neve ou gelo;
- Possibilidade de cheias rápidas em meio urbano, por acumulação de águas pluviais ou insuficiências dos sistemas de drenagem;
- Possibilidade de inundação por transbordo de linhas de água nas zonas historicamente mais vulneráveis;
- Inundações de estruturas urbanas subterrâneas com deficiências de drenagem;
- ...

MEDIDAS PREVENTIVAS

O eventual impacto destes efeitos pode ser minimizado, sobretudo através da adoção de comportamentos adequados, pelo que, e em particular nas zonas historicamente mais vulneráveis, se recomenda a observação e divulgação das principais medidas de autoproteção para estas situações, nomeadamente: (Indicar as medidas mais indicadas, de acordo com a ocorrência)

Por exemplo:

- Garantir a desobstrução dos sistemas de escoamento das águas pluviais e retirada de inertes e outros objetos que possam ser arrastados ou criem obstáculos ao livre escoamento das águas;
- Adotar uma condução defensiva, reduzindo a velocidade e tendo especial cuidado com a possível acumulação de neve e formação de lençóis de águas nas vias;
- Não atravessar zonas inundadas, de modo a precaver o arrastamento de pessoas ou viaturas para buracos no pavimento ou caixas de esgoto abertas;
- Garantir uma adequada fixação de estruturas soltas, nomeadamente, andaimes, placards e outras estruturas suspensas;
- Ter especial cuidado na circulação e permanência junto de áreas arborizadas, estando atento para a possibilidade de queda de ramos e árvores, em virtude de vento mais forte;
- ...

3.3.2 COMUNICADO DE PONTO DE SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DE OCORRÊNCIAS

PONTO DE SITUAÇÃO	
DATA	
HORA	
COMUNICADO N.º	
OCORRÊNCIA	
Informa-se que se verificou a _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), em _____ (indicar o local da ocorrência), uma _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de	

acordo com o comunicado). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais). Foram destacados para o local/encontram-se no local _____ (indicar os agentes de proteção civil/organismos e entidades de apoio intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados), estando interditas as seguintes vias _____ (locais de acesso interdito ou restrito). Informa-se ainda que as Zonas de Concentração e Apoio à População localizam-se em _____ (indicar o local das ZCAP's).

Recomenda-se à população especial atenção às medidas de autoproteção/regras de evacuação/confinamento, _____ (indicar de acordo com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competentes, mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.

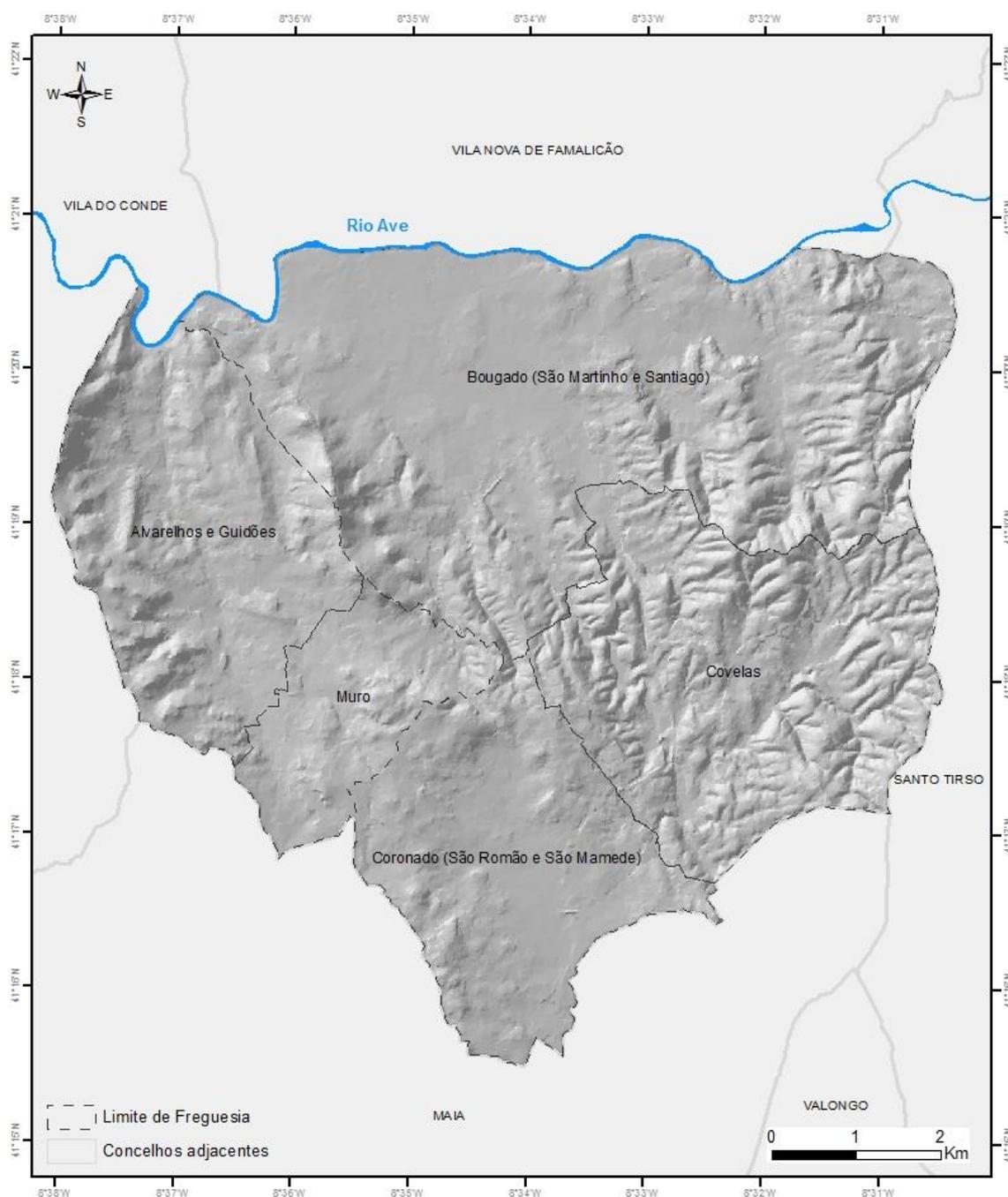
PREVISÃO DO PRÓXIMO COMUNICADO

DATA	
HORA	

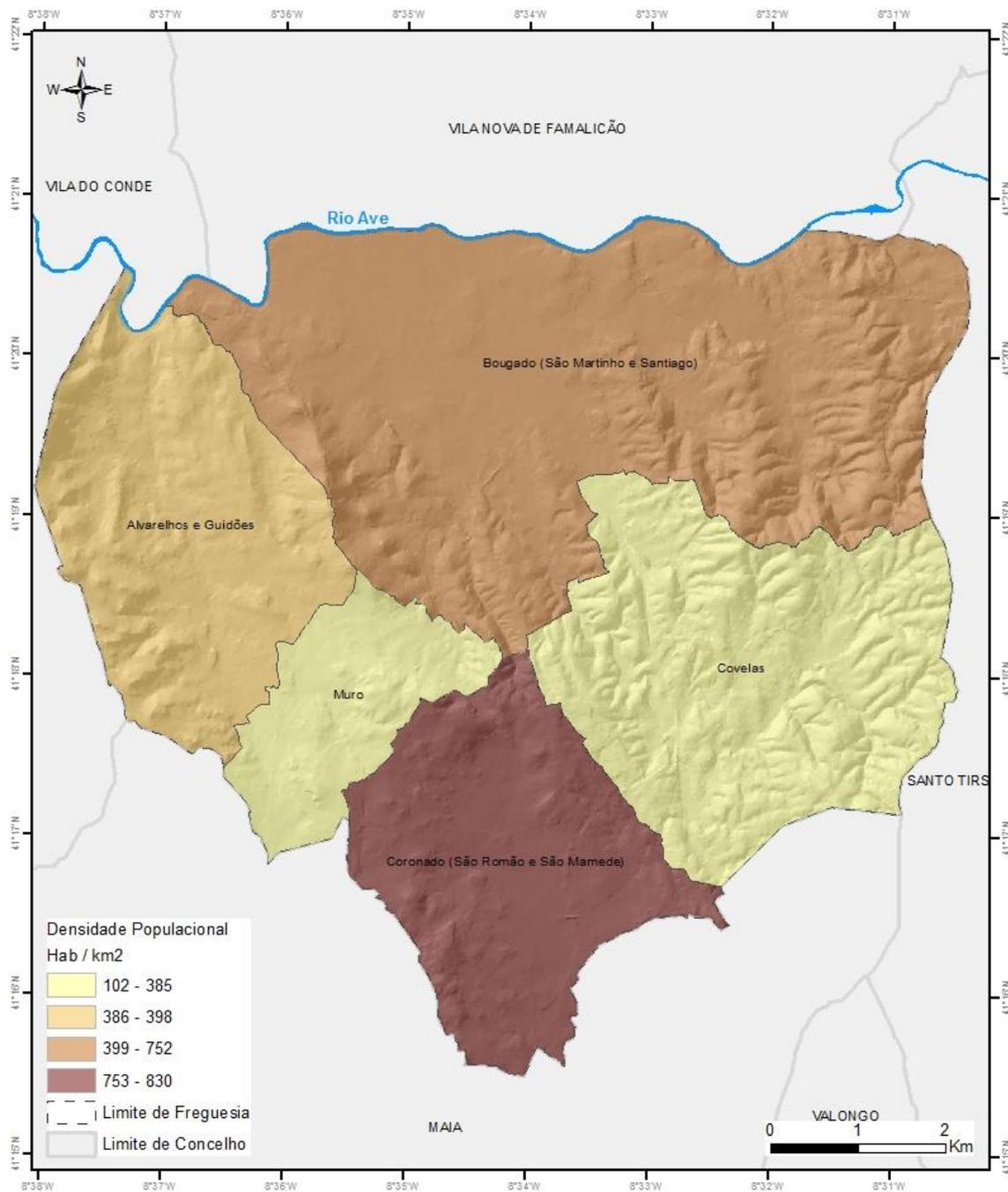
ANEXOS

ANEXO I - CARTOGRAFIA DE SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

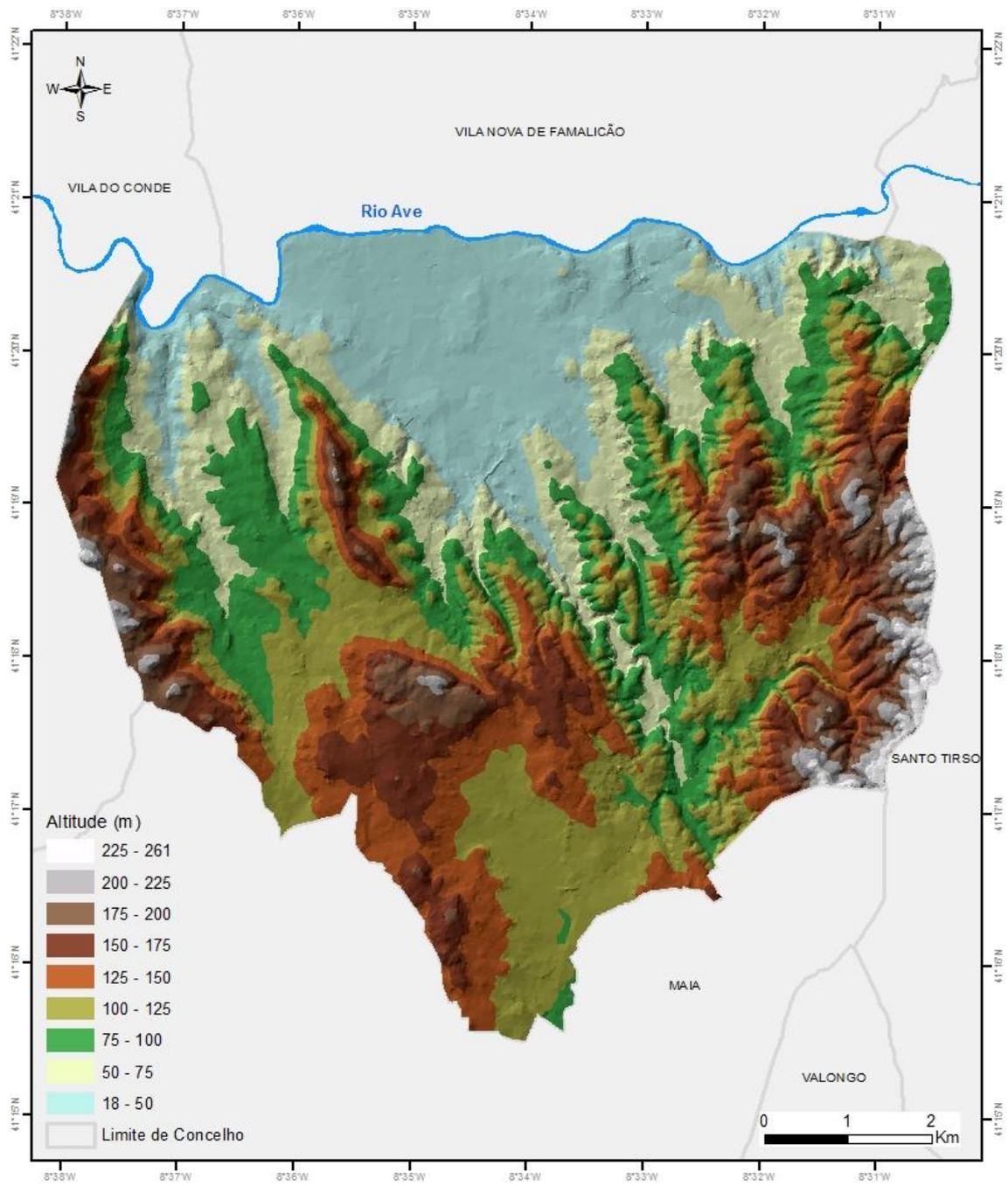
A cartografia é disponibilizada ao longo do Plano, de acordo com os elementos cartografados, disponibilizando-se neste anexo outra cartografia relevante de suporte às operações de emergência de Proteção Civil.



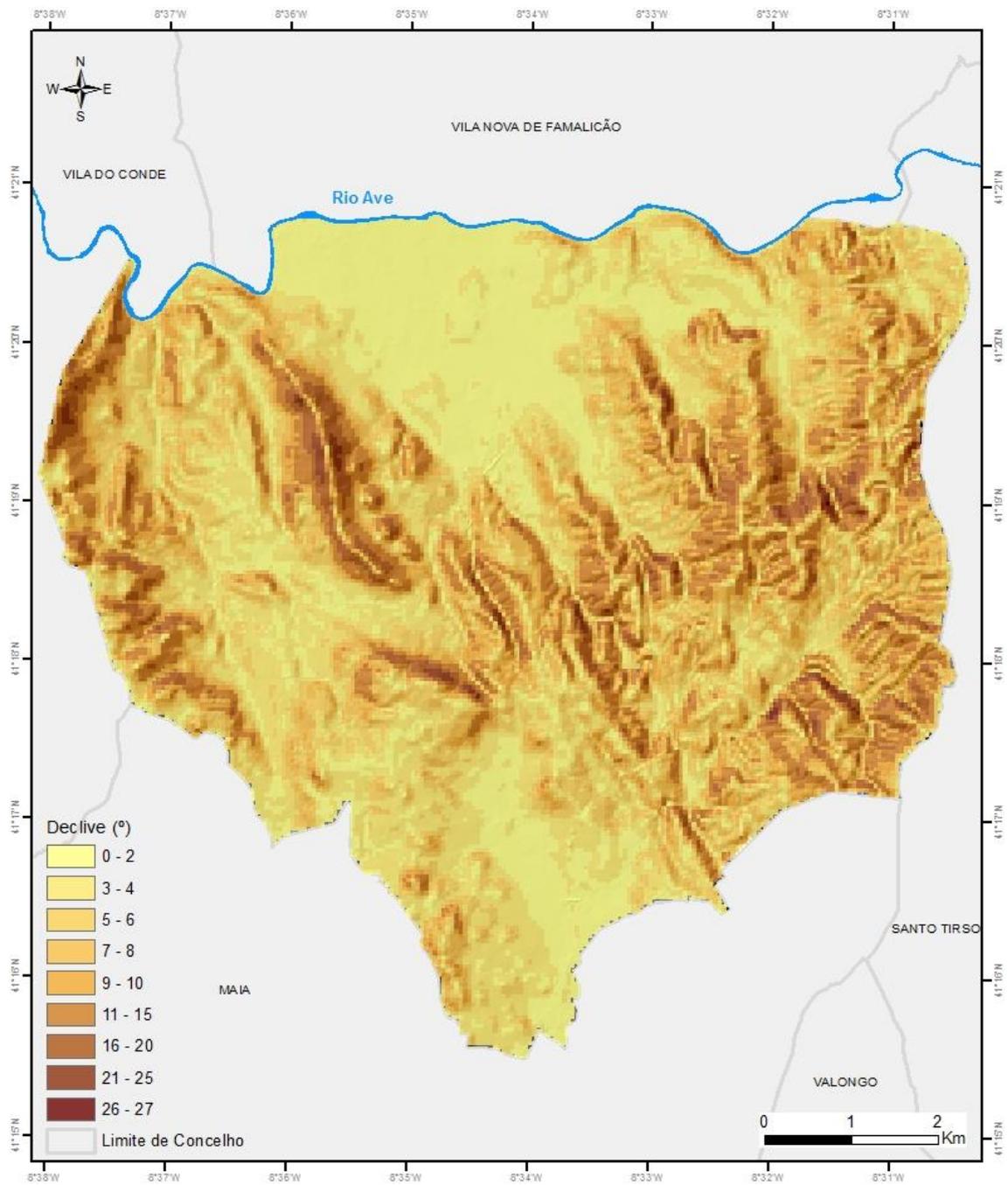
Mapa 15 - Divisão Administrativa do município da Trofa, por freguesia. (Fonte: CAOP – Instrumentos de Gestão Territorial, 2016)



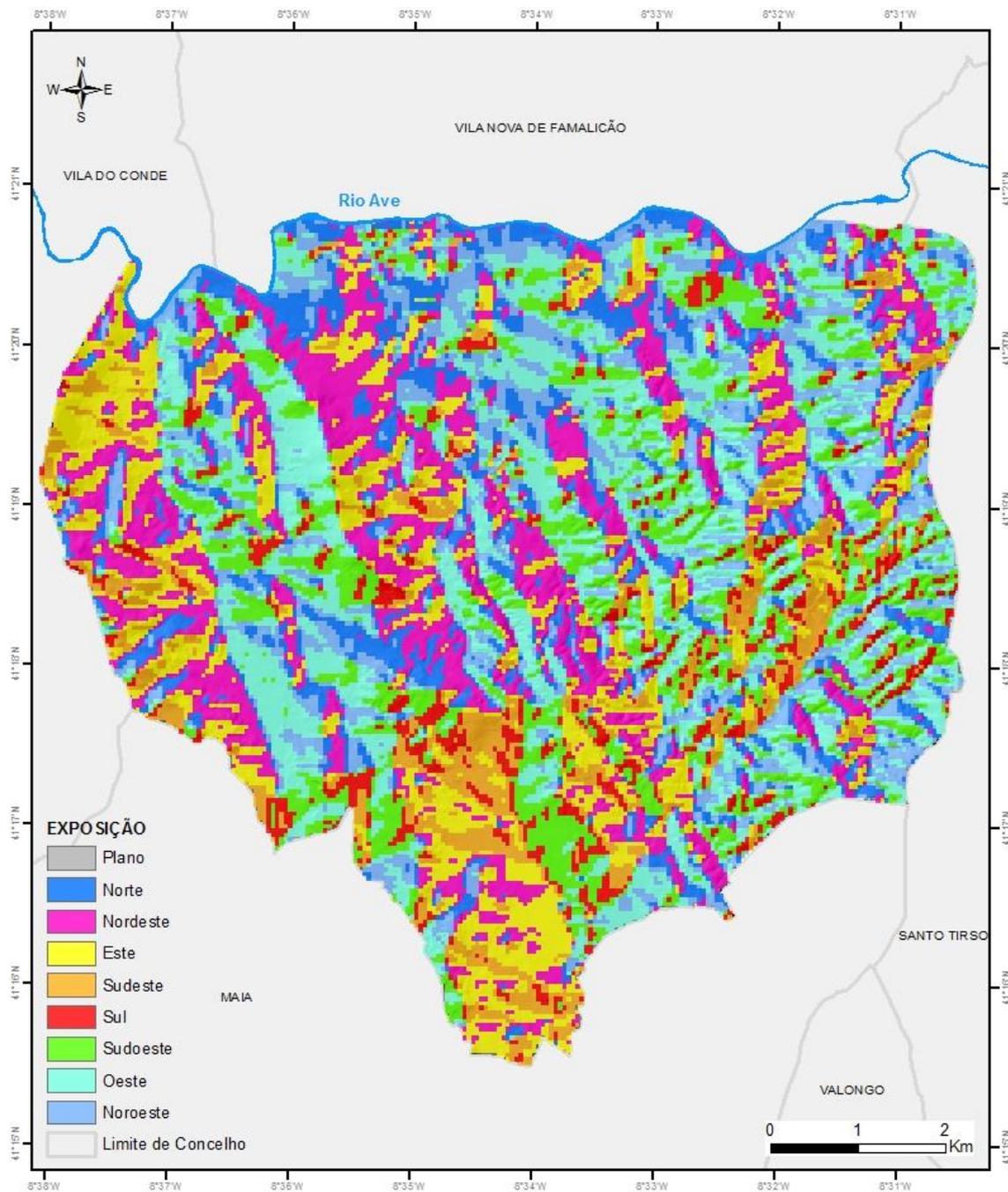
Mapa 16 - Densidade populacional, por freguesia, no município da Trofa em 2011. (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2011).



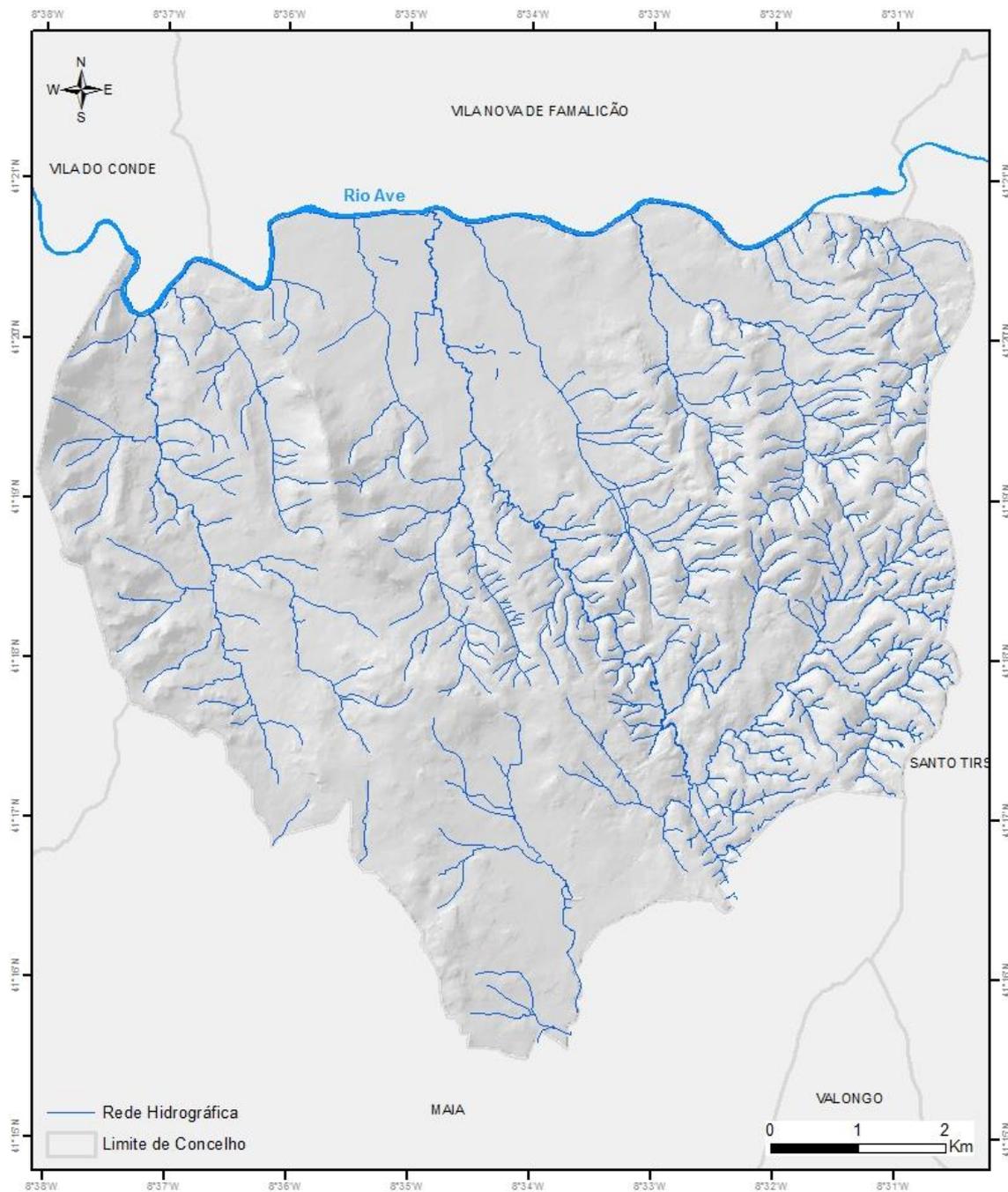
Mapa 17 - Hipsometria do município da Trofa.



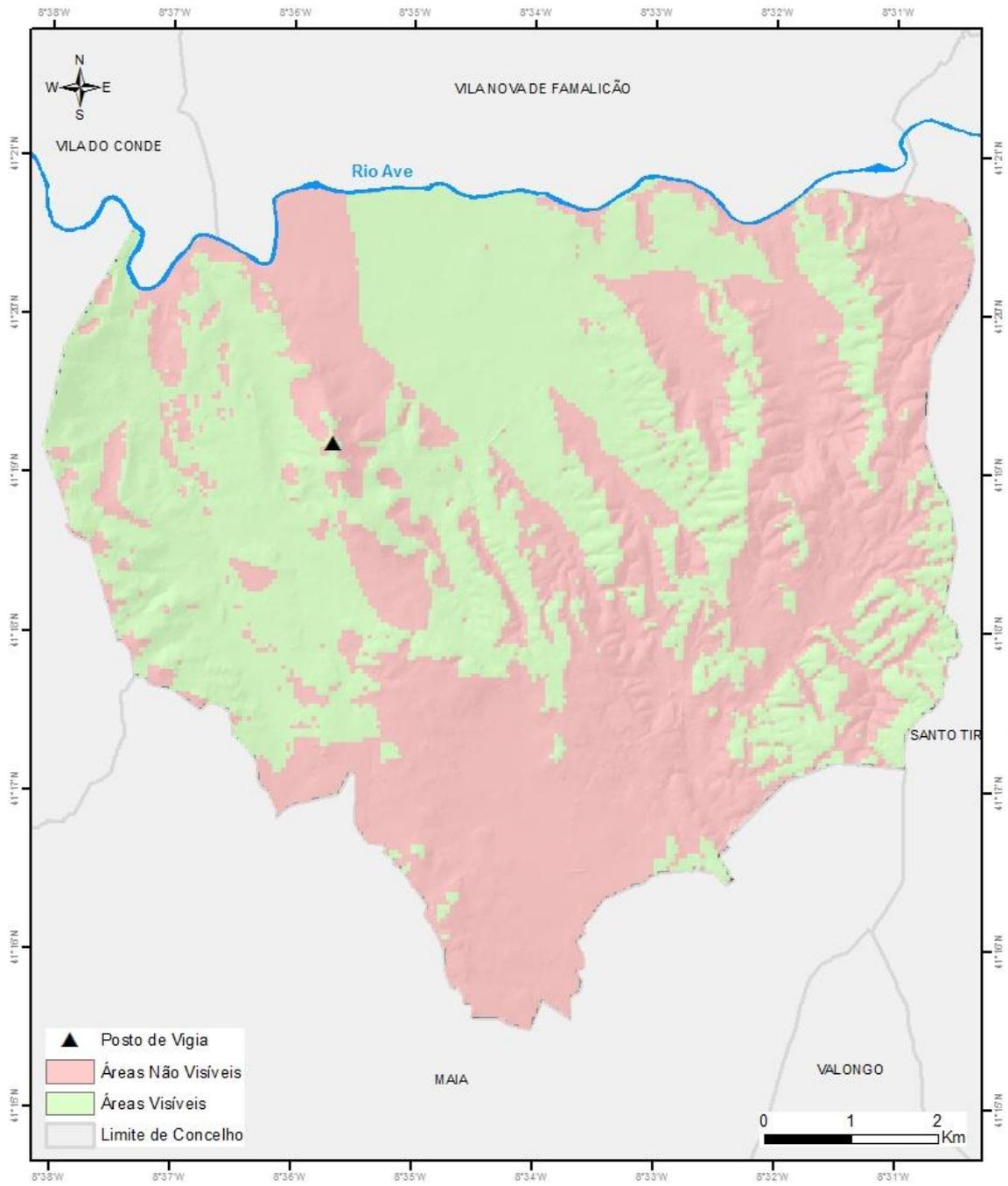
Mapa 18 - Declives do município da Trofa.



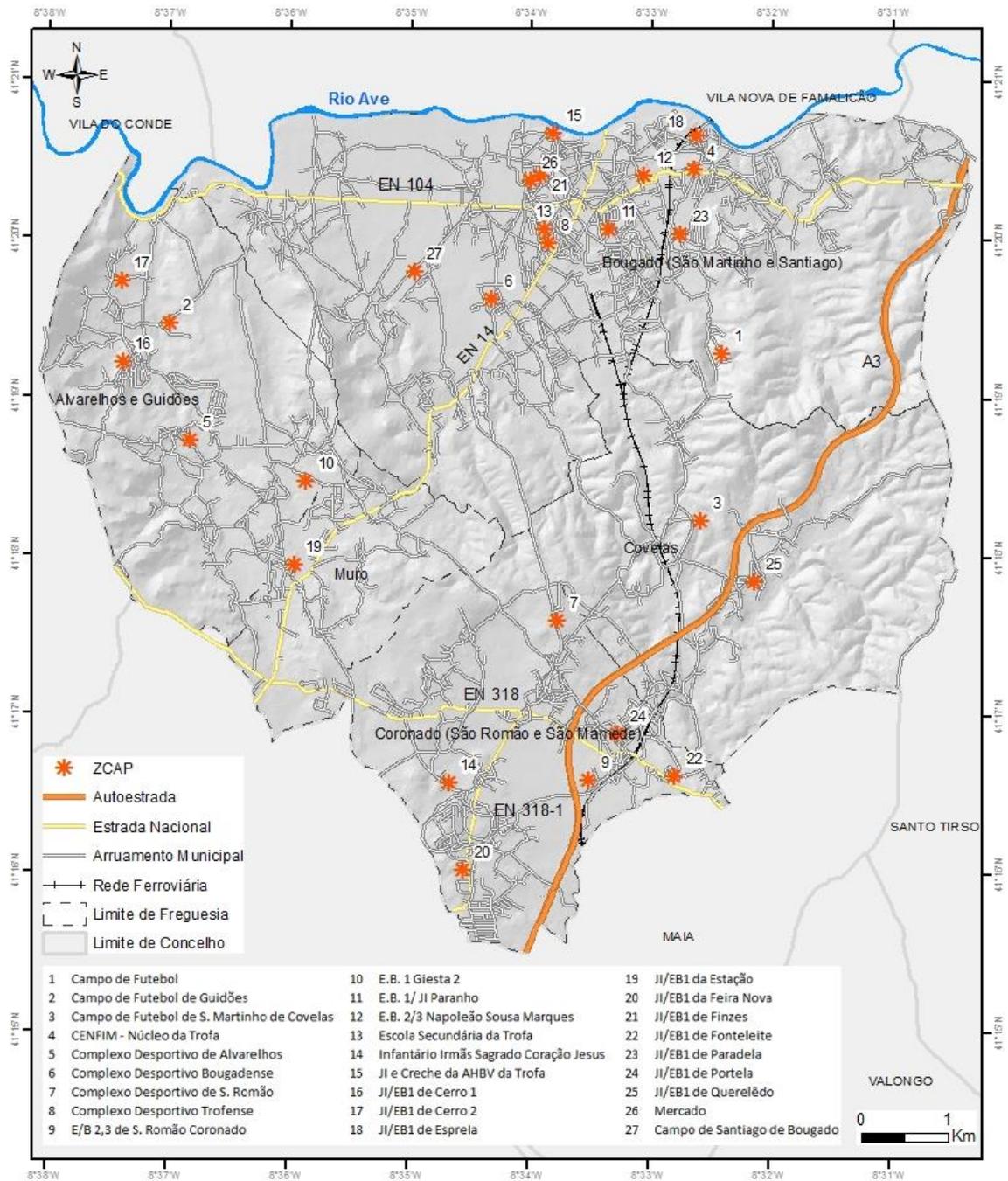
Mapa 19 - Exposição de vertentes no município da Trofa.



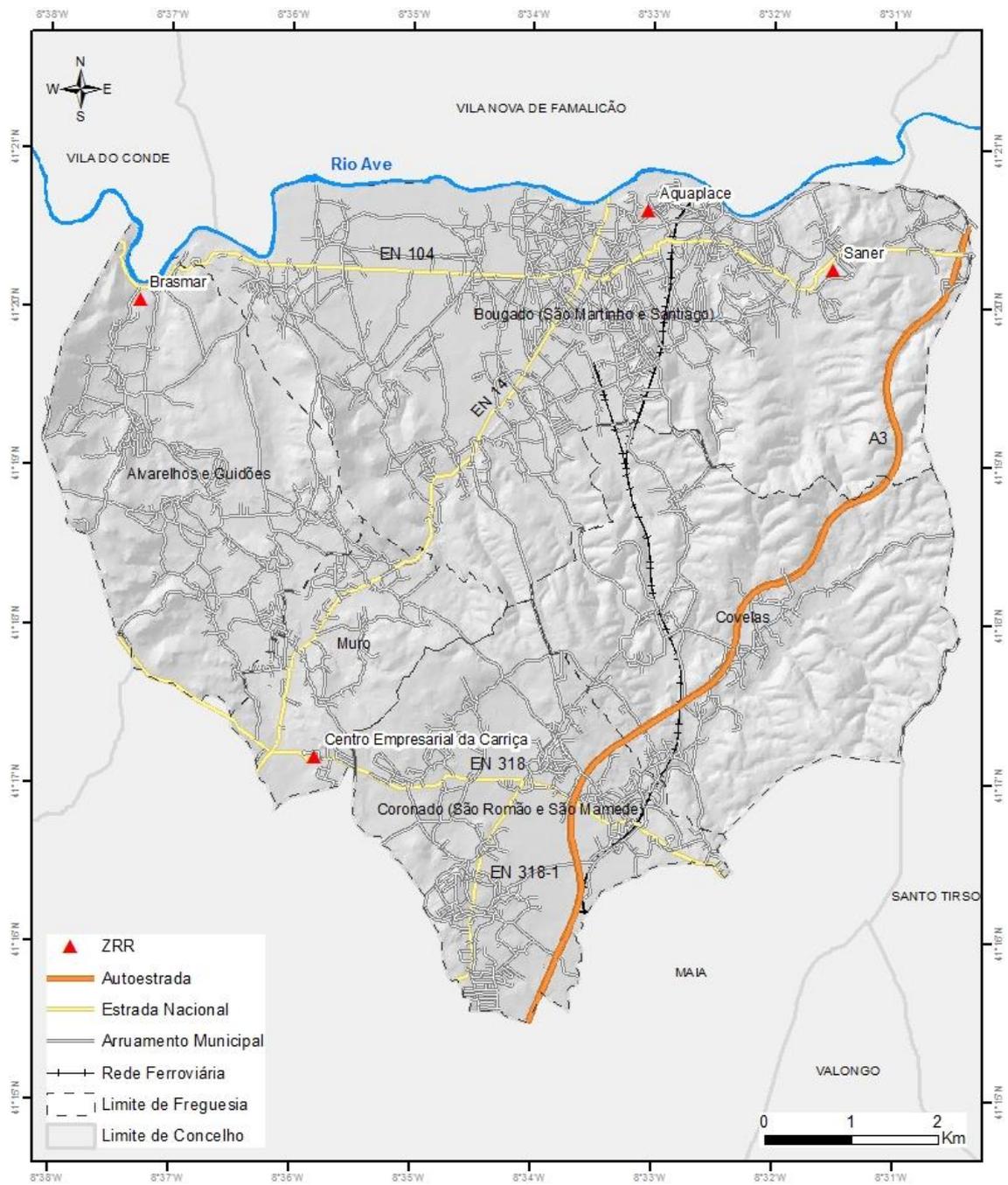
Mapa 20 - Rede hidrográfica do município da Trofa.



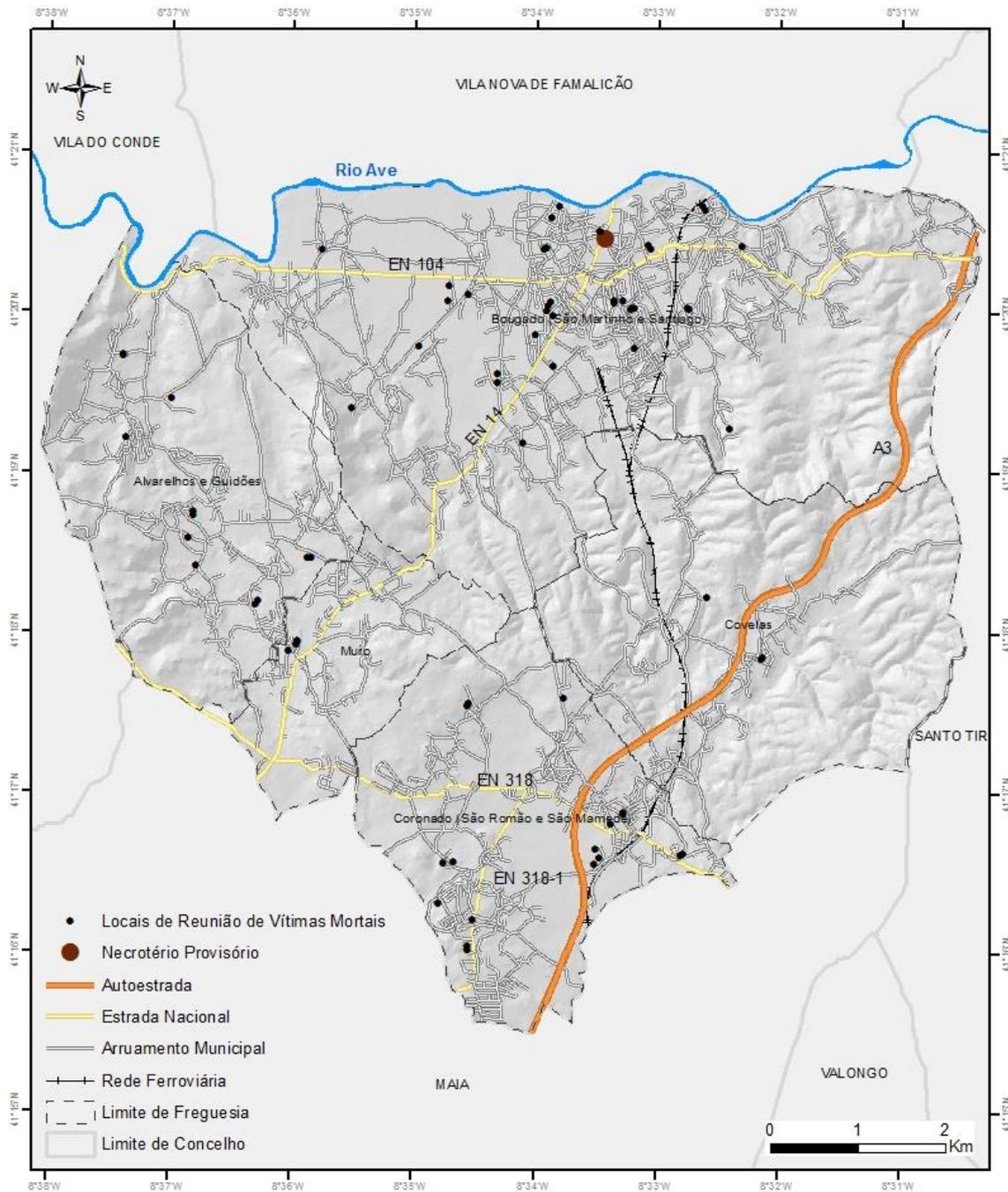
Mapa 21 - Visibilidade a partir do posto de vigia Apoia 13.7.



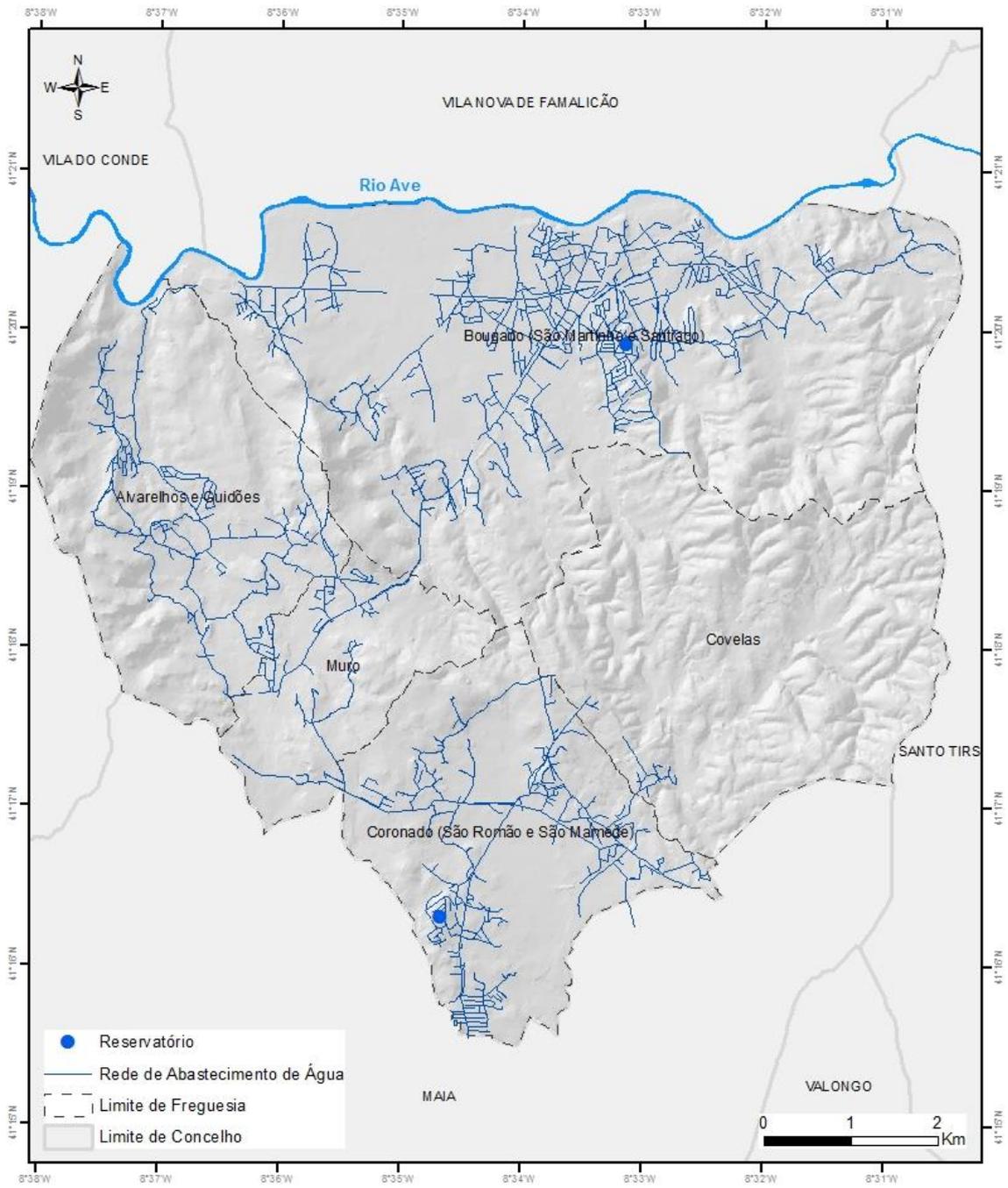
Mapa 22 - Locais para criação de Zonas de Concentração e de Apoio à População.



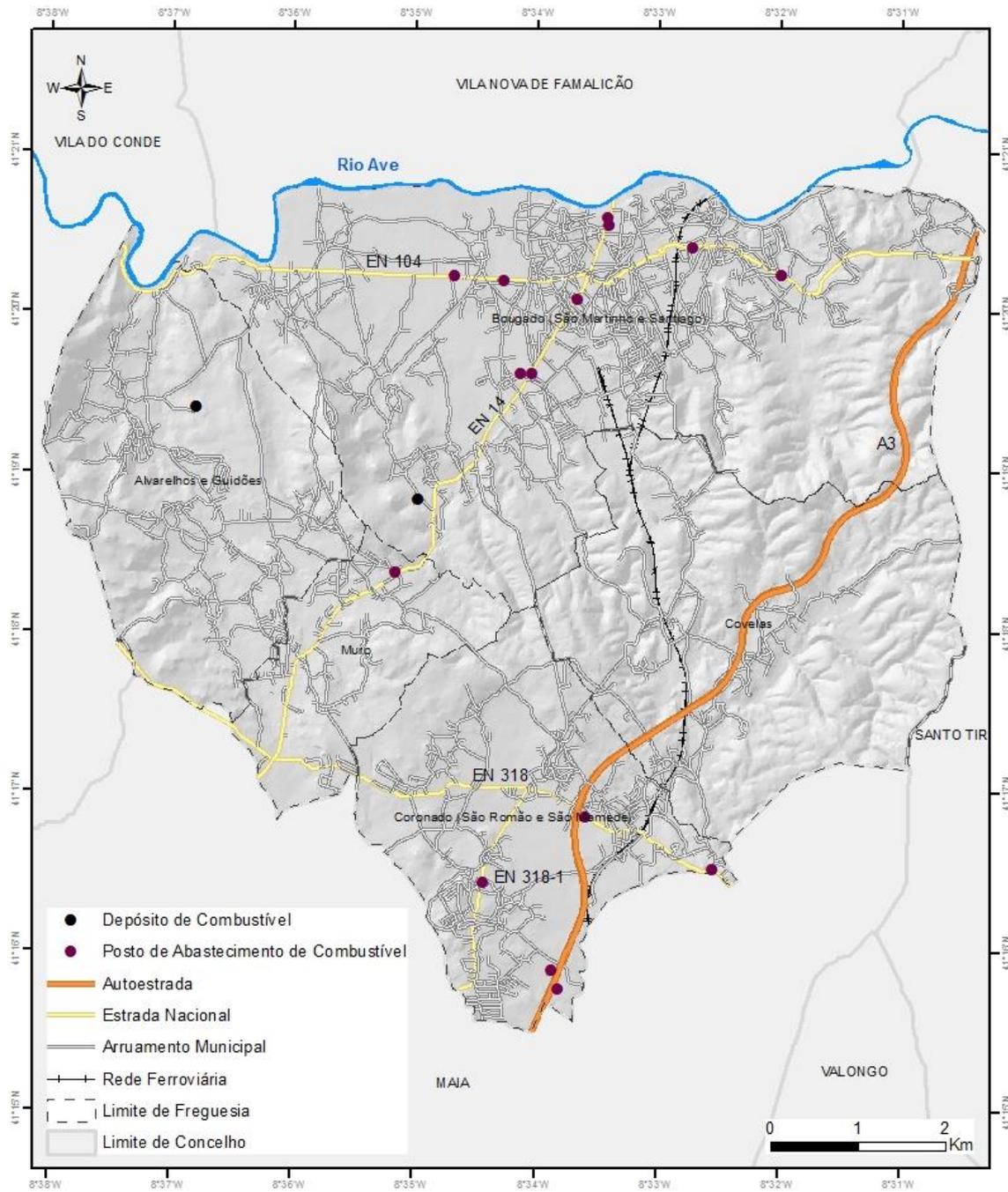
Mapa 23 - Locais para criação de Zonas de Receção de Reforços.



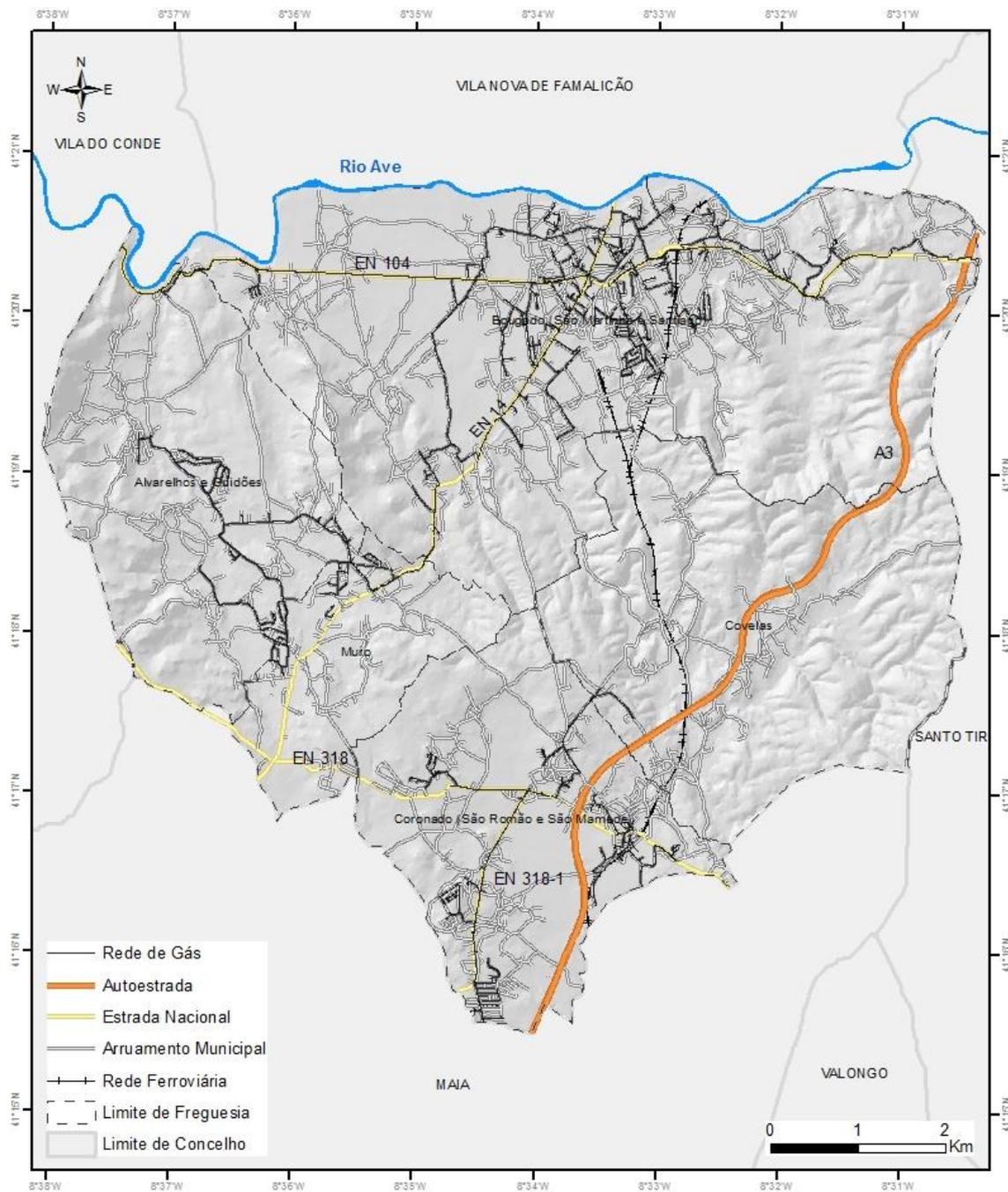
Mapa 24 - Locais de reunião de vítimas mortais e necrotério provisório.



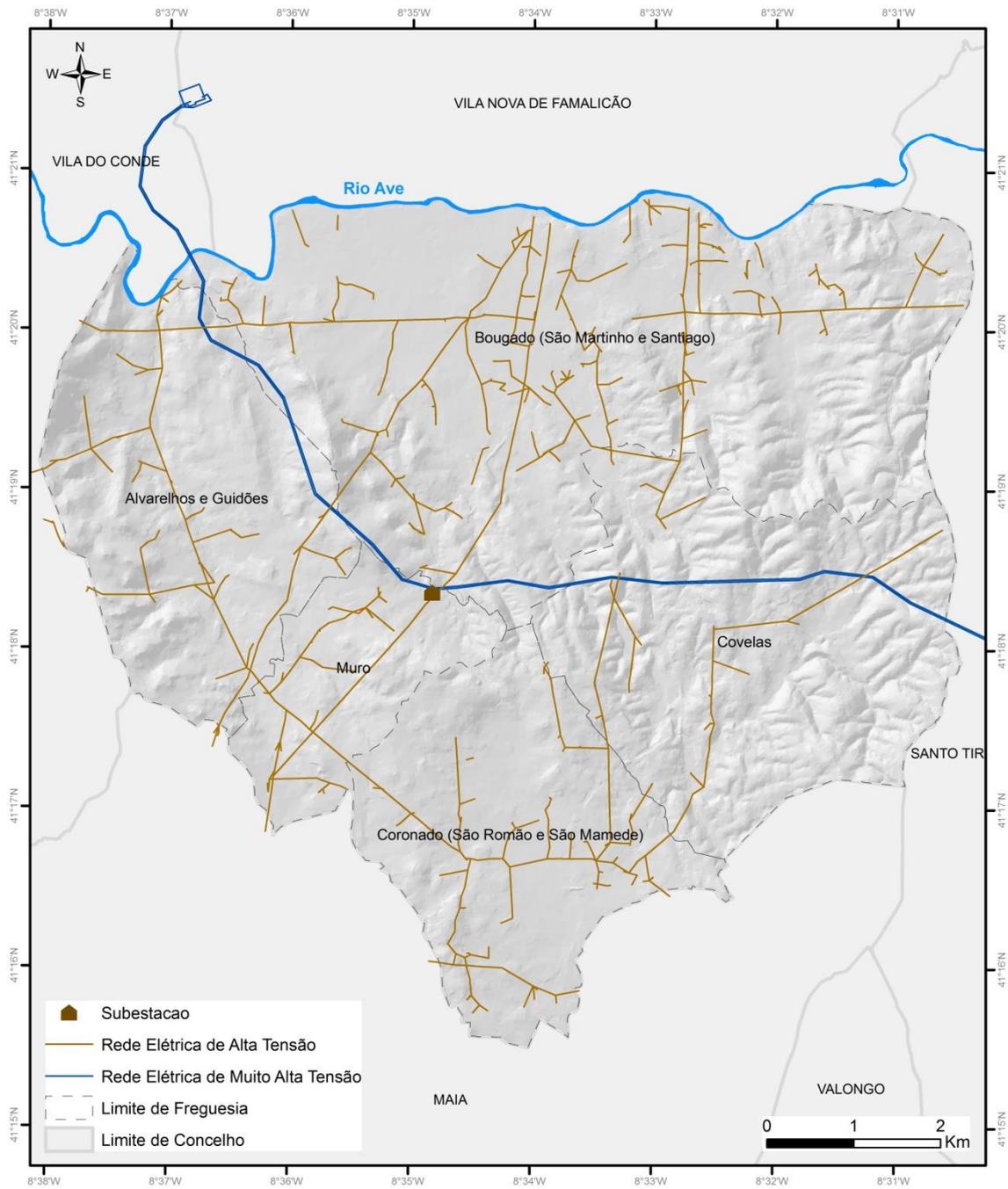
Mapa 25 - Rede de abastecimento de água no município da Trofa.



Mapa 26 - Postos de Abastecimento e depósitos de combustível.



Mapa 27 - Rede de Gás.



Mapa 28 - Rede elétrica de alta e de muito alta tensão.

ANEXO II – PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS E PARA A GARANTIA DA OPERACIONALIDADE DO PLANO

i. PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Para a definição de medidas que mitiguem o impacto de catástrofes, é necessária a identificação dos perigos presentes no território e a avaliação e caracterização do risco associado a estes perigos. A avaliação do risco pressupõe a identificação das áreas de suscetibilidade e o levantamento da vulnerabilidade do território aos diferentes perigos considerados.

De acordo com a Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, a avaliação de risco constitui uma etapa prévia ao processo do planeamento de emergência, pelo que se passa a considerar dispensável a sua apresentação detalhada nos planos de emergência de proteção civil, devendo apenas os mesmos incluir uma tipificação dos riscos presentes no território.

Assim sendo, consideram-se presentes no município da Trofa os perigos identificados na tabela 3 (página 19), propondo-se medidas de prevenção e mitigação do risco associado a cada um dos perigos identificados.

Pretende-se que as medidas de prevenção e de mitigação dos riscos identificados, contribuam para a redução da vulnerabilidade, produzindo benefícios repetidos ao longo do tempo e precavendo os impactos de futuras catástrofes. Estas medidas de mitigação podem ser estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial, ou não estruturais, como os programas de sensibilização/educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores público e privado.

Definem-se neste Plano estratégias de carácter geral, transversais a todos os tipos de perigo, a serem implementadas por APC e/ou por entidades de apoio e estratégias específicas para cada um dos principais riscos identificados no Plano, incluindo as previstas nos instrumentos legais atualmente em vigor.

1. ESTRATÉGIAS GERAIS

No âmbito da definição de estratégias para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, identificam-se nesta secção as que são transversais a todos os tipos de perigo:

- a. As que decorrem da Lei de Bases de Proteção Civil⁶, como o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.

Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/ sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;

- b. A atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade;
- c. A manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- d. A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- e. A promoção da realização de exercícios aos diferentes níveis;
- f. A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a realização de planos de emergência concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis);
- g. Estabelecer parcerias com a comunidade académica no sentido de garantir que todas as ocorrências registadas no território municipal (ocorrências registadas pelos APC) são estudadas e catalogadas. Esta ação terá por finalidade melhorar, de forma contínua, as metodologias de produção de cartografia de suscetibilidade aos diferentes riscos presentes no município.

⁶ Números 1 e 2 do Artigo 7.º da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto)..

2. ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

Para além da definição de estratégias de carácter geral, úteis para a maximização da eficácia e eficiência de ações transversais aos vários tipos de perigo, identificam-se nesta secção as estratégias de mitigação para os principais tipos de risco que poderão afetar o território municipal, indicando ainda os instrumentos legais que concorrem para a mitigação das suas consequências.

Nas tabelas seguintes identificam-se as estratégias de mitigação específicas para cada risco.

2.1. Riscos de Origem Natural

Tabela 41 - Estratégias de mitigação para cheias e inundações.

CHEIAS E INUNDAÇÕES
Incrementar a articulação com sistemas de monitorização que permitam a difusão atempada dos limiares de precipitação acima dos quais podem ocorrer cheias e inundações urbanas.
Realizar, com especial incidência junto da população local, ações de sensibilização que sustentem a necessidade de garantir a não ocupação dos leitos de cheia.
Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade, para difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela população após receção dos avisos da proteção civil.
Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de aviso.
Avaliar a necessidade de ter em reserva (ou definidos locais de fácil abastecimento) meios de reforço de infraestruturas e de contenção das margens dos cursos de água mais suscetíveis como sejam, por exemplo, sacos de areia.
Realizar, com especial incidência junto da população local, ações de sensibilização que sustentem a necessidade de garantir a manutenção e limpeza dos sistemas de drenagem das águas pluviais.
Estabelecer parcerias com a comunidade académica no sentido de desenvolver modelos de previsibilidade temporal/espacial de ocorrência de cheias e de inundações, assim como a sua atualização e avaliação de soluções técnicas adequadas.

Tabela 42 - Estratégias de mitigação para sismos.

SISMOS
Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos, em particular quando se tratam de edifícios como os dos APC que deverão estar localizados em locais de baixa suscetibilidade e construídos com as adequadas técnicas construtivas.
Sensibilizar os poderes locais para as obrigações decorrentes da Resolução da Assembleia da República n.º 102/2010, de 11 de agosto de 2010 - Adoção de medidas para reduzir os riscos sísmicos.
Realizar ações de sensibilização da população tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a adotar em caso de sismo.

Tabela 43 - Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes.

MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES
Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes, garantindo, entre outros, a proibição de construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação.
Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de Plano Municipal de Ordenamento de Território, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilidade de vertentes, os quais poderão incluir, entre outros, a realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.
Incrementar a articulação com sistemas de monitorização que permitam a difusão atempada dos limiares de precipitação acima dos quais podem ocorrer movimentos de massa em vertente, sabendo-se que a precipitação é o principal fator desencadeante.
Avaliar a implementação de um sistema de monitorização contínua no tempo associado a sistemas de alerta no âmbito dos movimentos de massa em vertentes, que permita a identificação e acompanhamento de indícios de instabilidade no terreno, como, por exemplo, a abertura de fendas reveladoras do início de alguns processos de instabilidade.
Realizar simulacros de modo a avaliar constrangimentos ao nível do tempo previsto para a implementação de ações no terreno, considerando os diferentes tipos de movimentos de massa que podem ocorrer na Trofa, ou seja, movimentos com diversas dinâmicas em termos de rapidez de desencadeamento dos processos, a que estarão associados tempos de resposta

diferentes.
Garantir o cumprimento da legislação relativa a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, que estabelece as orientações estratégicas e o quadro metodológico de definição da Reserva Ecológica Nacional, e que integra como uma das áreas de prevenção e redução de riscos naturais as “Áreas de Instabilidade de Vertentes”, definidas como áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.
Estabelecer parcerias com a comunidade académica no sentido de desenvolver modelos de previsibilidade temporal/espacial de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, assim como a sua atualização e avaliação de soluções técnicas adequadas.
Promover uma “consciência preventiva do risco” entre as autoridades e populações locais sobre os riscos de movimentos de massa em vertente, permitindo que as sociedades desenvolvam procedimentos/organização de coexistência com a dinâmica do meio físico, em particular no que respeita aos movimentos de massa em vertentes. Estas ações podem incluir, por exemplo, a realização de ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de ocorrência de movimentos de massa.

2.2. Riscos de Origem Tecnológica

Tabela 44 - Estratégias de mitigação para acidentes graves de tráfego.

ACIDENTES RODOVIÁRIOS
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes rodoviários, a qual deverá compreender as coordenadas dos acidentes ocorridos e informação complementar relativa à tipologia do acidente, ao número de vítimas envolvidas e ao tipo de veículos envolvidos.
Promover a realização de simulacros envolvendo a ativação dos Planos de Emergência Geral da IP - Infraestruturas de Portugal, de forma a analisar a sua eficácia e eficiência e identificar constrangimentos operacionais, em articulação com os APC e organismos e entidades de apoio.
Promover a melhoria contínua dos processos de avaliação das causas dos acidentes de modo a

identificar com rigor as áreas onde se deverá atuar prioritariamente (quais os comportamentos mais perigosos, características das vias a alterar/evitar, etc.).
Identificar as vias com maior suscetibilidade à ocorrência de acidentes diferenciando-as de acordo com a tipologia de acidente/vítimas.
Realizar exercícios e analisar a sua eficácia e eficiência e identificar constrangimentos operacionais.
Garantir a existência/atualização de planos prévios de intervenção para as principais vias do município.

Tabela 45 - Estratégias de mitigação de acidentes com transporte terrestre de mercadorias perigosas.

TRANSPORTE TERRESTRE DE MERCADORIAS PERIGOSAS
Criar e manter base de dados relativa ao trânsito de substâncias perigosas no município da Trofa.
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas, a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas geográficas dos mesmos.
Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas.
Garantir o cumprimento da legislação relativa a: <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelo Decreto-Lei 206-A/2012, de 31 de agosto e pelo DL 19-A/2014 de 07 de fevereiro - Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro; • Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.
Garantir a existência/atualização de planos prévios de intervenção para as principais vias do município. Estes deverão compreender procedimentos a serem adotados de acordo com diferentes tipologias de substâncias perigosas, incluindo os meios necessários para a mitigação do risco.
Realizar periodicamente exercícios relativos a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Tabela 46 - Estratégias de mitigação para acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos.

ACIDENTES EM INFRAESTRUTURAS FIXAS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS
Realizar exercícios relativos a esta tipologia de acidentes.
Garantir, em colaboração com a REN Gasodutos (entidade responsável pela gestão da rede de transporte de gás natural), que as áreas de servidão deste tipo de infraestrutura apresentam uso condicionado. Acompanhar a eventual instalação de infraestruturas nas proximidades do gasoduto.
No que se refere à legislação para além da introdução de restrições de uso do solo em zonas de influência (nomeadamente ao nível dos planos diretores municipais) importa salientar a Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.

Tabela 47 - Estratégias de mitigação para incêndios urbanos e industriais.

INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS
Garantir que os Bombeiros Voluntários da Trofa realizam exercícios relativos a estratégias de socorro e de combate a incêndio em edifícios (de diferentes tipologias).
Realizar exercícios que envolvam APC e entidades e organismos de apoio, que permitam avaliar o tempo decorrido entre o alerta e o controlo do TO, bem como da eficácia das operações a implementar.
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no município para fazer frente a esta tipologia de risco.
Contribuir para o cumprimento da legislação em vigor, relativa à Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela 48 - Estratégias de mitigação para acidentes com substâncias perigosas (acidentes industriais).

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS (ACIDENTES INDUSTRIAIS)
Criar e manter base de dados com as indústrias do município, com indicação do uso e/ou produção de matérias perigosas e respetiva identificação.
Participar nos exercícios relativos aos Planos de Emergência dos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.
Acompanhar a divulgação à população (pelos SMPC com a colaboração do operador do estabelecimento) de medidas específicas de autoproteção a adotar em caso de acidente grave

nos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.
Apoiar os Bombeiros com incentivos à formação especializada nesta área.

Tabela 49 - Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva.

COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
Organizar, através dos SMPC, exercícios envolvendo a evacuação dos edifícios de utilização coletiva.
Respeitar as medidas de autoproteção destes edifícios.

Tabela 50 - Estratégias de mitigação para acidentes em instalações de combustíveis.

ACIDENTES EM INSTALAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS
Garantir a manutenção de bases de dados geográficos com todos os estabelecimentos de abastecimento de combustível do município que permitam ainda identificar elementos vitais e/ou sensíveis na sua proximidade.
Realizar exercícios que envolvam APC e entidades e organismos de apoio, que permitam avaliar o tempo decorrido entre o alerta e o controlo do TO, bem como da eficácia das operações a implementar.
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no município para fazer frente a esta tipologia de risco.

2.3. Riscos Mistos

Tabela 51 - Estratégias de mitigação para incêndios florestais.

INCÊNDIOS FLORESTAIS
Garantir a articulação com o PMDFCI.
Planear a gestão de faixas de combustível.
Articular os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
Estudar e conhecer as dinâmicas do incêndio em termos municipais, por forma a adequar a vigilância e as campanhas de sensibilização.
Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.
Melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
Melhorar as infraestruturas e logística de suporte à Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

ii. PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A GARANTIA DA MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DO PLANO

De modo a garantir a permanente operacionalidade do PMPCT, manter a prontidão dos agentes e entidades nele envolvidos e recolher lições para a sua melhoria e atualização permanentes, serão realizados exercícios com periodicidade máxima de dois anos, nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 8.º da Resolução n.º 30/2015 de 07 de maio.

Os referidos exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano. Estes serão alternadamente do tipo CPX (Command Post Exercise) ou LIVEX (Live Exercise). Caberá à CMPC, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do Artigo 38.º e do n.º 2 do Artigo 40.º da Lei de Bases da Proteção Civil, a sua promoção.

1. REGISTO DE ATUALIZAÇÕES

Tabela 52 - Atualizações do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Trofa.

Versão	Alteração	Data da alteração	Data de aprovação	Entidade aprovadora	Observações
1	PMEPC da Trofa	---	09/01/2002	CNPC	

2. REGISTO DE EXERCÍCIOS

Tabela 53 - Registo de Exercícios do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Trofa.

Tipo de exercício		Objetivos	Cenário	Local	Data	Agentes, Organismos e Entidades Envolvidos	Meios e recursos envolvidos	Ensinamentos recolhidos
CPX	LIVEX							